

## QUESTÕES SOBRE OS FINAIS DE ANÁLISE Palestra em Salvador<sup>1</sup>

### I – Introdução

Em primeiro lugar, quero agradecer esta simpática oportunidade de estar com vocês em um “café da manhã”, em pleno sábado, conversando sobre Psicanálise. Realmente, essa é uma forma muito criativa e instigante de estruturar uma atividade e foi o que me entusiasmou a aceitar o convite feito por Gustavo e Izabel, lá em Montevideu, na última Reunião Lacanoamericana.

Começo enfatizando que minha fala não trará um “saber formalizado” sobre Psicanálise, pois, a meu ver, no discurso psicanalítico não existem “verdades teóricas” e sim maneiras singulares de nos apropriarmos de alguns conceitos, em função da experiência com o inconsciente, tanto na posição de analista, quanto na de analisando. Portanto, não creio que trarei “novidades”, mas apenas um “jeito próprio”, o meu, de abordar algumas questões que me interrogam, perpassando minha clínica.

O que trago para conversarmos diz respeito a um tema que, como me disse Gilson em um dos e-mails que trocamos, nos é muito caro, ou seja, a Formação dos Analistas e a Transmissão da Psicanálise. O assunto não é caro somente a nós, mas também a Freud e especialmente a Lacan, estando na base, pode-se dizer, de todas suas elaborações. Em Lacan isso é nítido: não há seminário ou texto em que o tema deixe de estar presente como *motus*, mesmo que de forma subjacente. Por que será?

A meu ver, porque, dependendo de como concebemos essa Formação há conseqüências determinantes em relação à especificidade ou tipo de experiência que se pode ter com o inconsciente. A conseqüência mais óbvia é podermos determinar se, de fato, trata-se de uma análise ou não. Outra conseqüência refere-se à própria sobrevivência da Psicanálise, em termos da autenticidade e especificidade do seu campo, do seu discurso, do seu avanço e de sua transmissibilidade.

Pois bem. Dentro da questão da Formação estão embutidas outras tantas, a começar a passagem de analisando à analista, que teoricamente deve ocorrer no tempo lógico do final de uma análise. É a partir dessa passagem que poderá haver ou não a aquisição de um *modus operandi* possível ou passível de sustentar o trabalho de cura junto a um outro sujeito — refiro-me ao “desejo do analista”.

Por sua vez, a forma de concebermos e sustentarmos esse “desejo do analista” determina não só a maneira de dirigirmos uma cura, mas também todos os nossos movimentos na extensão analítica, tanto em termos da transmissão da Psicanálise, quanto da sustentabilidade das instituições psicanalíticas.

Assim sendo, o que trago para discutirmos refere-se àquilo que me tem ocorrido pensar, neste momento, sobre esses elementos tão importantes para as nossas formações.

### II – A Formação

Parto da premissa: “a formação de um psicanalista é uma formação do inconsciente”, podendo ocorrer ou não como o produto inacabado de um final de análise. Isso vai depender de o analisando sair da “forma certa” nesse final. Tomo essa

---

<sup>1</sup> Realizada em Salvador, em 15 de março de 2008, a convite da Escola Lacaniana da Bahia.

expressão “forma certa”<sup>2</sup> parafraseando o que Lacan enfatizou nos seus Seminários 21 a 23 sobre existir uma determinada ordem – a ordem “eficaz” – de se enodar os três registros da subjetividade, RSI.

Se o analisando sai de “forma certa”, o acabamento desse produto será permanente e num só depois da análise. Trata-se de um acabamento permanente, sinônimo de uma formação permanente, que se dará em função de três pilares:

- a sustentação de uma clínica dentro dos dois lugares convocados pela transferência, e que compõem o desejo do analista: o lugar do “Sujeito suposto Saber” e o lugar do “semblante do objeto a”;

- os estudos teóricos demandados pela elaboração permanente das questões levantadas pela clínica, em especial, a da sustentação de um Real convocado pela ocupação do lugar do “semblante do objeto a” (lugar do “morto”);

- a escrita gerada pelas elaborações que vão implicar interlocuções e promover a conseqüente transmissão da Psicanálise.

Esses três pilares ou dimensões do acabamento permanente da formação de um psicanalista, particularmente, o da necessidade de interlocução das suas elaborações, correspondem exatamente àquilo que aparece no folder de 2008 da Escola Lacaniana da Bahia, tão bem posto para falar desta atividade que estamos desenvolvendo hoje:

*“Para o psicanalista, é imprescindível o constante exercício de dar testemunho dos contornos que faz ao redor dos obstáculos que lhe impõem o dispositivo formação, seja na apreensão/questionamento do que seja o saber referencial dos textos, ou dos enigmas advindos de sua prática, ou dos ecos de sua própria análise”.*

Então, nesse “exercício”, que gosto de chamar “exercício de castração”, vamos falar sobre a formação pela via da questão “Finais de Análise” ou, ainda, do como seria sair da “forma certa” de uma análise — aquela forma que permite a passagem de analisando a analista.

O que seria essa “forma certa”?

A experiência e a história têm nos mostrado existir mais de uma forma de se sair de uma análise<sup>3</sup>. Mas, para falar disso, em primeiro lugar é importante lembrar resumidamente do que é mesmo que se trata em um trabalho de análise.

### III – O trabalho de uma análise

Recentemente, ocorreu-me nomear o percurso de uma experiência com o inconsciente como sendo “*uma aventura no território da falta*”, da falta estrutural engendrada pela subversão sofrida em nosso primitivo encontro e dependência em relação à linguagem, ao Outro. Falta essa que nos cria uma irrevogável defasagem da ordem da falta de sentido, instituindo-nos como sujeitos dentro da perspectiva de um eterno vir-a-ser, quer dizer, de uma eterna busca de sentido para o ser. Ser que, em si, é da ordem do “não ser”, da inconsistência, da indeterminação.

Seria o fim de uma análise o fim dessa aventura? Penso que sim, na medida em que um fim de análise pode ser pensado como um reencontro com essa falta estrutural, sinônimo de um confronto com a castração.

<sup>2</sup> A qual desenvolverei mais adiante.

<sup>3</sup> Em outro contexto, abordei essas diferentes formas sob o título: *Père-Version, Perversão e Infinitização: três saídas possíveis para uma análise*. Texto preparado para o Simpósio de São Luís, de IPB, em setembro de 2004.

---

Tal reencontro pode ser enquadrado também como uma “aventura do sintoma”, já que, em Psicanálise, o sintoma refere-se à estratégia que encontramos para lidar com a Castração. Cada sujeito, de acordo com sua própria história, tem sua estratégia particular, a qual envolve o recobrimento de duas dimensões da falta<sup>4</sup>.

Uma delas diz respeito àquilo que se perde no primitivo encontro do sujeito com a linguagem. Perda essa que engendra uma falta simbólica, à qual o sujeito busca reencontrar pela própria linguagem. Aí, configura-se a dimensão da busca de sentido, que é o campo do significante, campo do Outro. Nesse campo, onde se viabiliza o desejo e também o amor, têm-se os sintomas, propriamente, isto é, sintomas enquanto formações do inconsciente, enquanto defesas neuróticas contra a castração: histeria, fobia e neurose obsessiva. Cabe lembrar, nesse ponto, que a neurose é o negativo da perversão.

A outra dimensão diz respeito à falta que fica inscrita no corpo, isto é, àquilo que não consegue se fazer representar nem em imagens, nem em significantes, ficando como marca da perda, marca no corpo<sup>5</sup>. Trata-se de uma falta real, a qual o sujeito tenta resolver pela via da pulsão. Nessa via, onde se viabiliza o campo do gozo e do objeto a, tem-se o sintoma enquanto letra, enquanto *sinthome*, definindo a estrutura do sujeito: neurose, perversão ou psicose.

Pois bem. É o arranjo subjetivo dessas duas dimensões da falta que monta aquilo teoricamente denominado fantasia fundamental ( $\$ \diamond a$ ). Essa montagem permite um “estofo”, uma determinação ou, ainda, uma fixação imaginária do sujeito, que, como sabemos, é indeterminado, sempre deslizando, sempre representado entre os significantes — deslizamento que poderia ser metonimicamente infinito. A determinação promovida pela fantasia se dá pela costura ou “fixação do sentido”<sup>6</sup> a uma das representações do objeto a (seio, fezes, falo, olhar e voz). Trata-se, aí, de uma garantia de determinação pela via das identificações (imaginária e simbólica), permitindo uma junção daquilo que é disjunto: desejo e gozo ou, ainda, saber (do A) e verdade (da castração). O importante a ser retido dessa junção, dessa determinação/identificação, é que ela institui um saber — um saber de modelo perverso, pois implica uma recusa da Castração.

Assim sendo, chegar ao fim de uma análise é confronta-se com esse saber e rever essa recusa; é a possibilidade que um sujeito tem de se encontrar ou de se flagrar nessa estratégia do seu fantasma. É isso que quer dizer “travessia da fantasia”, ou seja, é atravessamento, o confronto, com esse contexto de saber perverso.

Para se chegar a isso é preciso que o sujeito revise, re-signifique suas cadeias significantes, reveja seu saber inconsciente. Atualizado na transferência com um analista – presente sob a forma de SsS e semblante de objeto –, esse saber inconsciente tem a chance de se consistir em seu real estatuto de não-saber e, com isso, descolar-se do Saber do Outro. Tal descolagem desnuda a verdade da castração: a falta de saber e a falta a ser.

Uma descolagem desse porte só é possível em função de um encontro ou confronto ou, ainda, “trombada” do analisando com sua forma de gozar, pela via de um flagrante promovido pelo analista, ocupando o lugar do objeto a. Em outras palavras, a

---

<sup>4</sup> Que, de fato, são os dois eixos da subjetividade e os dois eixos fundamentais de todo o desenvolvimento teórico laciano. É impossível apreender essa obra sem tomá-los por referência. São eles: o *campo do significante* (do desejo, da demanda, do amor) corresponde à primeira (e maior parte) dela (anos 50 e 60 = tópicos do imaginário e do simbólico) e o *campo do objeto a* (do gozo, da letra, do *sinthome*) corresponde ao seu final (anos 70 = tópica do real).

<sup>5</sup> Corpo subjetivo, erógeno, e não corpo biológico.

<sup>6</sup> Sentido esse, em princípio, passível de um deslizamento infinito ( $S_1, S_2, S_n$ ).

---

descolagem da fixação fantasmática só ocorre quando o “objeto a” do sujeito, sustentado pelo analista<sup>7</sup>, pode se deixar cair; pode se deixar transformar em objeto decaído, o que é sinônimo de um encontro com a pulsão em ato, promovido pelo “ato analítico”.

Diante desse encontro, que é encontro radical com a Castração e, portanto, de extrema angústia, o sujeito tem três possibilidades imprevisíveis.

#### IV – As três saídas de uma análise

##### 1. A Saída pela destituição subjetiva<sup>8</sup> (o atravessar a fantasia)

A saída pela “destituição subjetiva” coincide com aquilo que Lacan delimitou, em seus últimos seminários, como uma “identificação com o *sinthome*”, ou seja, uma identificação com a letra, diferente de uma identificação com significantes. A letra é a redução mínima do significante, apenas um traço singular de um sujeito, núcleo real de gozo, que ex-siste e resiste a qualquer simbolização.

Sair de uma análise pela via dessa identificação significa ir adiante, quer dizer, admitir que o Outro como tal, como aquele que daria sentido e, portanto, consistência ao ser do sujeito, não existe. Tal admissão permite uma mudança na posição do analisando, teoricamente denominada “destituição subjetiva”, que, de fato, é uma destituição do Outro. A posição de “destituição subjetiva” implica prescindir do sentido do Outro, fazendo com que seu estatuto de “representado”, de “encarnado”, desvaneça-se.

Aqui, lanço uma questão para conversarmos depois: nessa perspectiva, o que deve ser, então, a “ação” do analista, para que isso possa ocorrer?

A destituição subjetiva possibilita uma identificação com a própria falta, quer dizer, com o objeto do desejo do sujeito, no seu real estatuto de falta, de “causa do desejo”. Com isso, abre-se para o sujeito a possibilidade de se haver, de se apropriar de sua letra, seu traço, nomeado por Lacan como *sinthome*. Em termos de identificação, esse traço não se refere a nada de reconhecível, é puro apagamento, é ausência de sentido, é uma “libra de carne”, não sendo regido pelo desejo, mas pelo gozo. Portanto, não identifica o sujeito como tal, mas identifica sua maneira de gozar, maneira singular que o determina, determinando seu estilo. E, aqui, também, já se pode pensar, para discutirmos depois, como fica a função do analista, fazendo semblante do objeto a, remontando, para desmontar, a modalidade de gozo do sujeito.

Essa saída implica desmontar o saber perverso da fantasia – no qual há uma falsa determinação ou fixação imaginária e simbólica do sujeito, via seus ideais – e, no seu lugar, o sujeito poder colocar e suportar um “eu não sei” ou “eu não posso saber” (sobre o meu ser); ou, ainda, “eu não sei o que sou” ou “sou só isso” — um “nada”. Nessa nova perspectiva, a fixação fantasmática é substituída por aquilo que Lacan chamou, em seu texto *L’Etourdit* (1973), por “fixão” do Real. Trata-se de uma substituição que promove uma re-amarração do RSI pelo *sinthome* e não pelo falo: “forma certa” de sair de uma análise, na qual o sujeito autoriza sua falta, sinônimo do “autorizar-se analista”.

A partir daí, cria-se para esse sujeito a possibilidade ou a necessidade de ter que inventar um saber próprio para a sua falta de sentido, para a sua inconsistência — invenção a partir de suas próprias insígnias. Trata-se de um saber próprio que não é bem um saber, mas um “saber fazer”, um “saber fazer com”, ou seja, saber fazer outra coisa

---

<sup>7</sup> Enquanto seu semblante.

<sup>8</sup> Ou, saída pela *père-version*.

com seus sintomas defensivos. Em outras palavras, “saber fazer com” é transformar o sintoma em *sinthome*; é assumir um estilo.

Lacan chamou essa possibilidade de *père-version* — versão do pai — porque ela tem a mesma estrutura da função paterna, no que esta pressupõe um pai só se sustentar como tal (fazendo a função de pai, ou seja, nomeando) na medida em que coloca “uma mulher”<sup>9</sup> como objeto de seu desejo: ele deseja a mãe, e não o filho<sup>10</sup>. É isso que instaura a lei e o desejo.

Ora, essa “*père-version*”, esse “saber fazer com”, sinônimo do *savoir faire* analítico, é exatamente isto: o analista, tal como um Pai, não coloca o outro (aquele a quem nomeia, introduzindo no significante, na palavra) como seu objeto; ele sabe que o objeto falta.

Em outras palavras, o *savoir faire* analítico é “saber fazer como um Pai”; é saber usar (e não precisar) do Pai, sem se confundir (ou fundir) com ele, o que só pode ser sustentado a partir de uma posição de destituição subjetiva. Conseguir isso é chegar a um fim de análise da “forma certa”, onde há a passagem de analisando a analista, quer dizer, passagem à possibilidade de um funcionamento no registro do “não-saber” (da “douta-ignorância”) e do “não-ser” (do não precisar encarnar o objeto causa do desejo).

Nesse ponto, torna-se possível “dar a palavra”, introduzir no significante, ou seja, sustentar a escuta de outrem sem colocá-lo como aquele de quem viria uma garantia qualquer para o ser — nem mesmo e, principalmente, a de ser analista<sup>11</sup>.

Portanto, “saber fazer com” refere-se a uma escuta na qual aquele que a sustenta não está aí como sujeito, quer dizer, sob a perspectiva da sua demanda de um reconhecimento e de um desejo próprio. Existe, sim, aí, um desejo, mas trata-se do “desejo do analista”, que não se confunde com o desejo do sujeito do analista. O desejo do analista refere-se exatamente a esse *savoir faire* homólogo à *père-version*, ou seja, a um enigma que deseja sempre “outra coisa”, dando suporte ao “*Che vuoi*”: pergunta do analisando sobre o desejo do Outro.

Nessa perspectiva de saída de análise – saída pela “destituição subjetiva” –, “o analista é uma formação do inconsciente”, na qual houve uma “identificação ao *sinthome*”, e não uma “atuação dos sintomas”. Trata-se de uma identificação com o “nada”.

A meu ver, é exatamente essa identificação que qualifica a ética da formação do psicanalista: por sua análise, o sujeito se vê convocado – e não “habilitado” ou “especializado” – a re-instaurar com outrem a operação que o identifica com o “nada”. Essa operação, função de analista, é a única que lhe permite sustentar esse NADA. Por isso, ela torna-se imprescindível; não há escapatória.

## 2. A saída pela recusa à destituição subjetiva<sup>12</sup> (o atuar a fantasia)

Essa saída refere-se àquela na qual o sujeito não suporta o confronto com a Castração.

---

<sup>9</sup> (...) um pai só sustenta a função de pai se estiver perversamente orientado, quer dizer, fazendo de uma mulher o seu objeto a. É isso que quer dizer *père-version* (...): o pai há que ser desejante. J. Lacan, *O Seminário*, livro 22, RSI, aula de 13 de janeiro de 1975. Tradução de texto policopiado, feita pela EFBA.

<sup>10</sup> O que afinal é fazer o sujeito entrar no simbólico (no significante, no “tomar a palavra”) enquanto filho e não enquanto falo, em função de se constituir como a Lei do desejo da Mãe, barrando seu gozo.

<sup>11</sup> OBS. Sempre que nos perguntamos, em certos momentos e/ou casos, “será que estou sendo analista?” é porque o tempo lógico dessa passagem ainda não se deu ou, por algum motivo, está suspenso.

<sup>12</sup> Ou saída pela Perversão.

---

Confrontar-se com o irreduzível do gozo (o nada do objeto), com o não-saber (o significante descolado do sentido, descolado do falo), é um momento crucial e de extrema angústia, pois é um ponto no qual o sujeito já não pode acreditar ou se fiar nos seus ideais para se sentir tendo consistência, já não pode culpar o Outro sobre sua falta, enfim, já não pode mais se colar ao objeto — ser o falo que falta ao Outro. Aí, não sabe mais quem é. Surge o horror da Castração, o que pode transformar-se num impasse.

Ora, nada obriga um analisando a ir além desse ponto, a aceitar isso, a ir além do confronto com o não-sentido. Nesse momento, no lugar do não-saber, do “eu não sei”, o sujeito pode colocar o “eu não quero saber”. Há a possibilidade de escolha, quer dizer, ele pode recusar a escolha pelo *sinthome*, que afinal remete ao nada, ao vazio.

Tal recusa — como sabemos, mecanismo da perversão — implica re-instaurar a dimensão do sintoma no campo do significante, e não da letra, re-introduzindo o sujeito no campo da busca de sentido. Assim é possível ele continuar buscando amor e reconhecimento; continuar no engodo da busca de um gozo absoluto, de uma perfeição impossível, de uma consistência por uma via concreta, a fállica.

Uma vez que essa possibilidade ocorre num momento de final de análise, em que o sujeito já conhece a “gramática do seu desejo” e das suas pulsões, podendo administrar seu sintoma, o risco freqüente, então, é o saber perverso da sua fantasia transformar-se em “agir”, em *acting-out*. Aí, ao invés de atravessar a fantasia, o sujeito a atua; ao invés de se identificar com seu *sinthome*, com a causa de seu desejo, o sujeito se identifica, por um lado, com aquilo que determina essa causa, ou seja, o Outro do discurso, fazendo-se de Outro do Outro; por outro lado, identifica-se com o próprio objeto (e não com sua falta), podendo transformar-se no falo que falta ao Outro, ou seja, tomando as insígnias do falo enquanto poder, e não enquanto falta. Portanto, isso implica uma saída da análise pela via da perversão. O sujeito se re-instala no saber perverso da fantasia.

Aí, “o analista é uma formação do inconsciente”, em termos de uma identificação aos seus sintomas defensivos, dentro de uma estrutura perversa, com arranjos homossexuais ou fetichistas. Com isso, pode colocar a própria Psicanálise e sua teoria como fetiche ou, ainda, estabelecer transferências “homo”, tentando anular as diferenças e buscando o “igual”, as afinidades e/ou a lógica dos “discípulos”, e não o trabalho.

O grave dessa saída é que o sujeito pode, em nome do saber que a análise lhe conferiu, utilizar-se do título de analista numa posição de poder, daquele que sabe o que determina o desejo, jogando com o desejo de outrem. Isso foi o que Lacan chamou de canalhice. Não sei se esse é o caso, uma vez que não se pode tomar essa saída só do ponto de vista moral. Ela é uma das possibilidades de escolha para um sujeito. Se ela é muito grave, se é uma impostura perversa, cabe à própria Psicanálise encontrar um modo de problematizá-la dentro do seu próprio discurso.

### 3. A não saída (o “se acostumar” com a fantasia)

E, por fim, pode-se falar ainda das análises sem saída, ou seja, aquelas que não conseguem chegar à sua conclusão lógica<sup>13</sup> — o tempo de confronto com o real da castração.

Refiro-me às análises intermináveis<sup>14</sup>, nas quais não se cria para o sujeito/analizando a possibilidade de encaminhamento à identificação com seu resto, seu

---

<sup>13</sup> Em termos da lógica do significante, da linguagem, onde há um resto intransponível pelo simbólico.

*sinthome*. Na falta disso, instala-se um “se acostumar com” o sintoma. O sujeito não sai do campo e da lógica do significante.

Aí, “o analista é uma formação do inconsciente” no plano da insistência das identificações com os sintomas defensivos, dentro da estrutura neurótica (e não perversa). O sujeito fica apenas na posição de S (A barrado) com arranjos histéricos, neuróticos obsessivos ou fóbicos.

Nessa perspectiva, que é a do sintoma e não do *sinthome*, o sujeito/analizando fica preso no discurso do Outro; fica numa transferência eternizada, na qual existe uma espécie de “amor ao saber” [do Outro], separado do “desejo de saber”. Ou seja, o saber fica pregado no Outro, pregado na Verdade do Outro (para não saber da castração). Com isso, o analisando fica preso ao “desejo de saber”, que não se transforma em “desejo do analista”.

Por sua vez, o próprio “desejo de saber”, ao qual muitos se referem como sendo o fruto de um final de análise, é suspeito no discurso psicanalítico, na medida em que o recalçamento indica não haver desejo de saber, mas “horror ao saber”, contra o qual se costuma erigir, como defesa, a “sede de conhecimento”, ou ainda, o amor. Em seu Seminário 21, Lacan afirmou: “querer saber é sempre querer saber sobre o Outro”, e eu afirmo: é querer reconhecimento.

## V – Implicações dessas saídas

### 1. Implicações para a Clínica

Pode-se dizer que, para o analisando, embora essas três possibilidades de saída sejam imprevisíveis, elas dependem muito, também, de como seu analista saiu da sua própria análise, de como ele sustenta ou não o “desejo do analista”, nas suas duas vertentes: a do Sujeito suposto Saber e a do Semblante do objeto<sup>15</sup>. Principalmente essa última vertente é imprescindível para “ajudar” o analisando a se confrontar, de fato, com o real de sua castração, “terminando” sua análise.

Em outras palavras, pode-se dizer que se o analista não saiu da sua análise pela via da *père-version*, ou seja, se ele recusou a castração, recusou o “não-saber” e o “não-ser”, não tem como ele não “comprometer” a análise que conduz, em particular na possibilidade de fazê-la chegar ao fim.

No *campo do significante*, no qual a dimensão da transferência a ser trabalhada com os analisandos é a do Sujeito suposto Saber, as implicações das intervenções de um analista que se acredita “sabendo” podem até não ser tão drásticas, pois, por mais que o analista aí obture o vazio das demandas dos sujeitos/analisandos dando-lhes seus próprios sentidos (dando-lhes seu “saber” sobre as mesmas), por sua própria natureza, essas demandas vão estar sempre equivocadas, sempre remetendo a outra coisa. Nesse sentido, é até possível a um analisando revisar, re-significando, uma série de sentidos [do Outro] sob os quais foi alienando a constituição de sua subjetividade. Esse é o caminho simbólico da castração<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> Em outro contexto, referi-me a essa saída como sendo uma “Infinitização da Análise”, diferenciando-a do “interminável de uma análise”. Essa diferença foi trabalhada no texto “O interminável daquilo que termina”, preparado para a Reunião Lacanoamericana de Florianópolis (2005), estando disponível tanto no site dessa Reunião, quanto no site de IPB.

<sup>15</sup> Abordei essas duas vertentes no texto “O Desejo do Analista: passe ou impasse entre os psicanalistas?”, preparado para a Reunião Lacanoamericana de Montevideu (2007), disponível tanto no site dessa Reunião, quanto no site de IPB.

<sup>16</sup> Tanto na análise, quanto na constituição da subjetividade.

Entretanto, uma vez que o “*Che Vuoi*” (Que queres?) não se mantém aberto o tempo todo, em função de o analista poder tamponá-lo com seu saber, seus analisandos não têm a chance de retroceder até sua demanda zero<sup>17</sup>, aquela demanda de onde o sujeito extraiu um “resto” — marca do Real, impossível de simbolizar. Com isso, o analisando não pode se confrontar com seu não-senso radical, com seu não saber.

Essas análises geralmente emperram ou são interrompidas ou, pior, transformam-se no “sintoma do analista”, de quem os analisandos não conseguem mais se descolar — pelo menos até retomarem uma outra análise.

Por outro lado, se o analista saiu de sua própria análise pela via do confronto com o Real da castração, se houve a destituição subjetiva [do Outro], então ele “sabe” que “não sabe” sobre o desejo e o saber inconsciente dos seus analisandos; ele sabe que seu próprio Eu é da ordem do desconhecimento. Na sua análise, ele autorizou sua falta<sup>18</sup>, o que lhe permite manejá-la, manejando a transferência de um analisando. Há nisso, um utilizar-se da “douta ignorância”, idéia expressa por Lacan em *Variantes do Tratamento Padrão* (1955), ao se referir à ação do analista de ignorar ou de esquecer o que sabe.

Na perspectiva dessa ignorância, até a idéia chavão de que o analista deve “saber escutar” é um equívoco. “Saber escutar” não diz muito sobre o que deve ser escutado, sobre o que é essa escuta. O “saber escutar” precisa ser tomado dentro da referência do significante, da palavra enquanto ato simbólico, pressupondo um sujeito que, como tal, precisa do Outro para receber sua própria mensagem de forma invertida: aquela palavra que quando diz “você é meu mestre” está dizendo “eu sou seu aluno”. No campo do significante, uma palavra sempre remete a outra e a outra e ao Outro. Elas nunca dirão a verdade do sujeito, pois os sentidos sempre escaparão. Foi nessa evidência que Lacan se apoiou para afirmar que o saber do analista só pode ser o sintoma de sua ignorância<sup>19</sup>.

Assim, “saber escutar” seria saber escutar o desejo, que é indizível, não pode ser colocado em palavras, sendo instituído à margem da demanda, exatamente em função daquilo que não pode ser dito. Resta ao analista saber o que é o significante, o que é a palavra constituinte do sujeito/analisando, fazendo-o parir seus próprios significantes-mestres<sup>20</sup>, no plano de suas próprias demandas, na equivocação dos seus sentidos. A esse propósito, Lacan afirmou: “O analista é aquele que suporta a demanda, não para frustrar o sujeito, mas para que reapareçam os significantes onde sua frustração ficou retida”<sup>21</sup>.

Por sua vez, no *campo do objeto*<sup>22</sup> (campo do gozo, da pulsão), uma vez que aí o analista é convocado a fazer “semblante de a”, é indispensável ele ter saído da sua análise pela via da identificação ao *sinthome*, ao NADA da identificação — na qual o objeto é resto, é queda. Só assim o analista poderá entrar no “semblante do objeto a”, compondo a cena fantasmática dos seus analisandos, sem se colar a esse objeto. Somente nessa perspectiva ele poderá promover “atos analíticos” — única dimensão que, de fato, encaminha um final de análise, pois permite um flagrante do gozo.

Caso contrário, ou seja, se o analista, ao final da sua análise, recusou a castração e se re-colou ao objeto do seu fantasma, ele não vai conseguir “se deixar cair” do lugar do objeto na montagem fantasmática dos seus analisandos: fica funcionando como uma

<sup>17</sup> Como nos disse Lacan em seu *Seminário 10, A Angústia* (1963).

<sup>18</sup> Falta a ser, falta de saber.

<sup>19</sup> LACAN, J. Escritos, *Variantes do Tratamento Padrão* (1955).

<sup>20</sup> E não os significantes do analista ou da Psicanálise.

<sup>21</sup> LACAN, J. Escritos, *A Direção da cura e os princípios do seu poder* (1958), pág. 618.

<sup>22</sup> Campo que, na transferência, compõe com o campo do saber (campo do desejo, pela via do Sujeito suposto Saber).



marionete — ou assombração — nos fantasmas dos analisandos. Em outras palavras, se o analista recusou a castração, ele não vai conseguir ser surpreendido e, portanto, surpreender seus analisandos com “quedas”, com “sustos”, que desmontam os seus arranjos fantasmáticos, dando um flagrante do gozo. É como se, não tendo suportado esse confronto na sua própria análise, pelo tamanho da angústia que ele suscita, acredita que seus analisandos também não o suportariam. Com isso, os analisandos ficam impedidos de se confrontarem com seus próprios “nadas”; ficam impedidos de se tornarem a causa de suas próprias faltas e seus próprios desejos.

Concluindo essas implicações clínicas, pode-se dizer que sustentar a “função de analista”, dentro da lógica do “desejo do analista” não é simplesmente uma questão técnica e nem mesmo ética. É uma questão estrutural da experiência de uma análise, quando aquele que a conduz levou sua própria análise até o fim, mesmo que tenham sido necessários vários percursos dessa experiência, com diferentes analistas.

A meu ver, a dimensão ética só se coloca quando a análise do analista não se concluiu ou se concluiu pela recusa à falta, à castração, ou seja, quando a escolha foi pelo pior.

## 2. Implicações para a formação dos analistas

Penso que, a essa altura, não é muito complicado imaginar as implicações dessas três saídas para a extensão analítica.

A primeira delas é o fato de que o “não-saber” e o “não-ser”, frutos das análises que terminam, têm como conseqüência um determinado “jeito de se estar” na Psicanálise (tanto na formação, quanto na transmissão e na instituição), no qual, por exemplo, a questão da mestria é vivida de forma descolada da idolatria ou das idealizações: é vivida de forma desinflacionada do Imaginário, que fica enlaçado ao Simbólico e ao Real.

Nessa perspectiva, a mestria em jogo decorre de um “saber fazer” que engendra transferência à Psicanálise e não a um psicanalista; engendra uma autoridade simbólica textual dos significantes do discurso psicanalítico — significantes que precisam passar pelo texto inconsciente de cada um, um a um, dos que aí se inserem, pela via da experiência, numa transferência trabalhada em análise e encaminhada para uma transferência de trabalho.

Uma autoridade simbólica textual se refere também à autoridade simbólica requerida pela fala, meio e campo da experiência, onde o sujeito é convocado, em suas elaborações, pelo real da castração, real vivido, real presente na experiência cotidiana, seja como analisando, seja como analista. Isso difere de elaborações convocadas pelo saber de um Mestre e, até mesmo, pelo saber da teoria: as elaborações que não partem da experiência em função das interrogações que ela suscita não se sustentam, não sustentam uma transmissão da falta, podendo talvez sustentar elaborações acadêmicas, mas não psicanalíticas.

Portanto, com a experiência – dos dois lados do divã –, trata-se de uma convocação permanente da falta de saber e da falta a ser, correspondendo à formação permanente, tanto para gerar elaborações permanentes, que não se concluem em “produtos acabados”, quanto para sustentar o lugar e a função de analista, de forma permanente. Afinal, como já disse antes, talvez esse seja o único contexto onde se pode e se deve ficar identificado ao “nada”, de forma permanente. Esse lugar e essa função sustentam a castração — o Real da castração.

---

### 3. Implicações para a transmissão da Psicanálise

Como esse Real suscita angústia, ele “pede” elaborações escritas, que se contrapõem às “falações”, aos *acting-out*. São as elaborações que mais precisam da lógica da castração, ou seja, dos limites, das pontuações, dos cortes, que fazem buracos, mas que, ao mesmo tempo, precisam se fazer entender.

Sendo elaborações advindas da experiência com o Real e não do “desejo de saber”, elas convocam transferências de trabalho, tendo como conseqüências a troca, a interlocução dessas experiências, dentro de articulações com os significantes da Psicanálise. Tais articulações não só produzem a transmissão de um saber subjetivo, mas também de um “não-saber” da ordem da invenção, do “saber fazer com”.

A interlocução que aí se produz, na qual o que conta é a relatividade daquilo que se sabe, estrutura-se fora do campo das afinidades ou das identificações imaginárias e/ou fálicas; estrutura-se no campo da castração, da articulação de diferenças, o que (como já disse) contempla a escuta e não a “falação”; estrutura-se em uma lógica “não toda”, a partir da qual surgem elaborações novas, surgem “surpresas de saber” sobre o não-saber, sinônimas de elaborações sobre “pedaços do real”.

### 4. Implicações nas Instituições Psicanalíticas<sup>23</sup>

As elaborações feitas a partir da experiência com o Real da castração, que pedem uma interlocução com as diferenças, imprimem uma lógica institucional não engessada por regras e normas, por relações mestre/aluno ou, ainda, por etapas e seqüências. As seqüências que vão se impondo são lógicas e não cronológicas.

Trata-se de um “modelo”, ou melhor, de uma lógica institucional, na qual a formalização dos estudos e da formação é colocada em ato como conseqüência da experiência com o inconsciente, da “aventura no território da falta”, e não por uma normatização determinada por leis, estatutos e “decretos”.

Em outras palavras, na lógica institucional decorrente da experiência com o inconsciente, com o Real da castração, o Outro é uma função de alteridade simbólica, não se encarnando mais em alguém, pelo menos para aqueles que promovem a transmissão na instituição. Enquanto função, essa alteridade pode ser sustentada por qualquer pessoa ou, mesmo, por outros contextos: por “grupos de estudos”, seminários, cartéis, reuniões, Jornadas, encontros, “conversas em cafés da manhã”, enfim, por todas essas atividades que são promovidas pelas instituições, para acolher a elaboração de seus participantes e de seus “convidados”.

Nesse acolhimento, os pares, que são díspares, é que fazem a função de alteridade simbólica, a qual pode, assim, circular entre “qualquer um”, bastando que seja um “mais um”, quer dizer, aquele que tira o sujeito e sua produção da especularidade ou da narcisização ou, ainda, do um e seu duplo — aquele que tira o sujeito de um delírio.

Essa maneira de pensar a elaboração dos analistas permite fundamentar o porquê a instituição pode e deve ser concebida a partir dos próprios princípios que regem a experiência da análise. Existe aí uma coerência lógica, na qual formalizar, como já disse, não é sinônimo de normatizar, mas de sustentar os efeitos da análise.

Tais efeitos, ao convocarem a necessidade de elaboração, convocam também a instituição não no lugar do Outro, mas num lugar de falta, o que é diferente de se dizer

---

<sup>23</sup> Alguns parágrafos desse item já foram abordados por mim no texto *O Interminável daquilo que termina*, apresentado no Simpósio de Olinda, em 2005.

---

no lugar “da” falta, risco muito freqüente. A falta remete o sujeito a uma transferência à Psicanálise e não à instituição.

É por isso que não se pode dizer que a instituição garante a formação dos analistas: essa garantia só pode vir daquilo que termina nas análises, quando estas terminam pela via da destituição subjetiva. O que a instituição pode garantir é o acolhimento dos percursos de formação, das elaborações permanentes dos seus participantes, a partir de suas experiências com o inconsciente.

Entretanto, não garantir diretamente a formação dos analistas não é sinônimo de não garantir a Psicanálise à Sociedade, de não garantir a Psicanálise na Cultura. Ao contrário, é exatamente por acolher as elaborações da formação permanente dos analistas<sup>24</sup> e daqueles que se preparam para vir a sustentar essa função, assim como daqueles que dialogam com a Psicanálise de um modo geral, que a instituição psicanalítica dá garantias não só da delimitação do campo e do discurso psicanalíticos, mas, fundamentalmente, da transmissão e da sobrevivência da Psicanálise. Por isso, ela é indispensável.

Além disso, se para um sujeito existe sempre o risco de alguma “doutrinação” dentro da instituição, existe também o da falta de doutrina quando se está fora dela. A falta de doutrina no lugar da “doutrina da falta” pode implicar um vazio conceitual que, associado ao isolamento próprio dessa posição, leva a um ecletismo que não pode ser definido como psicanalítico.

Esse risco contido no isolamento — que, além de tudo, enquista uma dialética imaginária com fantasmas persecutórios — existe também no isolamento institucional. A não troca, a não-interlocação entre instituições pela via de cartéis, encontros, jornadas, etc., levam a um fechamento perigoso ou religioso. Uma instituição que se fecha em si mesma e, pior, fecha-se em torno de um mestre ou de seus próprios mestres, pode transformar-se em Igreja. Por isso, é fundamental que a mesma transferência de trabalho que articula os pares de uma instituição, possa articulá-la a outras instituições, articulá-la à comunidade analítica em geral. É essa articulação que permite a uma instituição dar provas de que, realmente, contempla um Discurso Analítico, um discurso que deponha, de fato, sobre uma articulação/interlocação de diferenças, ou seja, sobre um exercício sustentado a partir da falta, da castração, e não de um Discurso do Mestre ou Universitário.

Portanto, a meu ver, não é só o analista que precisa dar provas do analítico para se sustentar, a instituição também precisa. É isso que justifica a existência de alguns movimentos dentro da comunidade analítica nacional e internacional, entre eles, as Jornadas Freud-Lacanianas, em Recife, as Reuniões Lacanoamericanas de Psicanálise (das quais participam analistas em nome próprio, mas sendo convocadas por instituições), o Movimento Convergencia, etc.

Esses movimentos permitem a costura de uma rede de transferências à Psicanálise: uma rede embalada pela mesma rima, ou seja, a Psicanálise. Essa rede não é caótica nem ingênua, pois testemunha princípios fundamentais, dentre eles a intersecção e a coerência entre um discurso e uma prática. Em outras palavras, é uma rede que depõe sobre a sintonia com aquilo que é apreendido e aprendido a partir do sofrimento humano e não, simplesmente, a partir de uma doutrina; enfim, sintonia com aquilo que é apreendido a partir das conseqüências de uma experiência tocada pelo inconsciente.

---

<sup>24</sup> Que podem, assim, ser testemunhadas.